

ELETRONUCLEAR 2010

Submissão da Eletrobrás ao DEST inviabiliza PCR

Nesta sexta-feira, 22 de janeiro de 2010, em Brasília, a direção da Eletrobrás apresentou aos trabalhadores e trabalhadoras, devidamente representados por suas entidades sindicais, o novo Plano de Carreira e Remuneração (PCR) Unificado para todas as empresas do Sistema Eletrobrás. A grande expectativa dos trabalhadores e trabalhadoras virou frustração diante da constatação de que, da última apresentação ocorrida em outubro de 2009 para cá, ocorreram mudanças que, na avaliação do Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE pioraram a proposta que já não era a ideal.

Isso por conta, segundo a própria Eletrobrás, da imposição de “condicionantes” por parte do DEST para a implantação do novo PCR Unificado. É importante destacar que a proposta do PCR foi protocolada no DEST no dia 27 de outubro de 2009, porém somente no último dia 13 ela foi aprovada pelo órgão. Ainda assim, com diversas objeções que praticamente inviabilizam a implantação do novo plano, dentre as quais destacamos:

1. não inclusão das Distribuidoras neste primeiro momento, apesar de as empresas estarem dentro do projeto da nova Eletrobrás. Questionada pelos sindicatos, a Eletrobrás foi evasiva com relação a uma data para inclusão das Distribuidoras no PCR Unificado;

2. antiguidade: além de o percentual proposto (1,5%) continuar menor do que o reivindicado pelos trabalhadores e trabalhadoras (3%), o DEST ampliou de 18 para 24 meses o prazo para aplicar o sistema de avanço de níveis (SAN);

3. manutenção da CCE 09 no que diz respeito ao percentual (1%) da folha para a progressão por mérito – os trabalhadores e trabalhadoras reivindicam 3%.

Além disso, desse percentual de 1% sairão os recursos para pagamento da antiguidade. Ou seja, o que já era pouco ficou ainda menor.

Se não bastassem esses retrocessos, o DEST quer impor sua participação no processo de avaliação dos trabalhadores e trabalhadoras no novo plano. Esta condição é impensável e inconcebível quando vivemos em um governo democrático que sempre lutou pela conquista dos direitos da classe trabalhadora brasileira. Esse tipo de intervenção era prática comum no período da ditadura militar, quando os governos colocavam pessoas para fazer o patrulhamento nas empresas. Aceitar esta “condição” fere a autonomia que uma empresa do porte da Eletrobrás deve ter, para assumir a liderança dos setores de geração, transmissão e distribuição de energia no Brasil, transformando-se na “Petrobras do setor elétrico”.

Se a intenção do governo é realmente criar uma Eletrobrás com projeção nacional e internacional, não se pode admitir a ingerência do DEST. É lamentável constatar a total submissão da Eletrobrás a este órgão. O que vemos, é que a Eletrobrás está abrindo mão de conquistar sua autonomia de gestão neste processo de transformação do Sistema, oportunidade que deveria resultar em ganho para as empresas e para os trabalhadores e trabalhadoras, e conseqüentemente para o País.

Outro ponto inaceitável é a sinalização da exclusão de um segmento importante no projeto de transformação da Eletrobrás que são as empresas distribuidoras de energia. Ao longo de todo o processo de discussão do projeto de unificação do sistema Eletrobrás, buscou-se a construção de um plano único para todos os segmentos que compõem o sistema. Estas empresas tiveram condições, regras e aportes do governo federal e vêm apresentando crescimento e resultados positivos a partir do engajamento dos seus trabalhadores e traba-

lhadoras nesse projeto de transformação. Como é possível, após todo esse esforço, dar um tratamento diferenciado a estes trabalhadores e trabalhadoras?

O CNE após avaliar que a Eletrobrás não vem apresentando o empenho necessário para a construção de um PCR Unificado que atenda a todos os trabalhadores e trabalhadoras do sistema, iniciará ações institucionais junto aos parlamentares,

Ministérios e Presidência da República objetivando eliminar as restrições impostas pelo DEST e garantir a construção do que é uma importante política de governo: o projeto de transformação da Eletrobrás. Está agendada uma nova reunião com o movimento sindical para o próximo dia 3 de março, para discutir os pontos críticos do plano. Para esta reunião, as entidades sindicais esperam que esses pontos identificados como impeditivos para a continuação da discussão sobre um PCR Unificado sejam sanados pela Eletrobrás.

FIQUEM ATENTOS!!!

A Eletrobrás anunciou que fará apresentações nas empresas do sistema para informar aos trabalhadores e trabalhadoras sobre o PCR Unificado. É importante a participação de todos e todas, em conjunto com as entidades sindicais, para questionar, tirar dúvidas, criticar, sugerir, pois ainda há muitas questões que não foram apresentadas e outras que precisam ser mais esclarecidas e debatidas.

**SÓ A UNIDADE GARANTIRÁ
A CONQUISTA DE UM PCR JUSTO
E REALMENTE UNIFICADO!!!**

Visite o nosso site: www.sintergia-rj.org.br